

Relatório de Viagem

Seminário sobre o PL 1572/11 – Código Comercial, realizado na Federação da Indústria e do Comércio - FIESP, em 09/08/2013.

Deputado Paes Landim

Na abertura do "Seminário sobre o Projeto de Lei n. 1.572/110, realizado na manhã desta sexta-feira (09/08), na sede da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP e CIESP), o coordenador da Comissão de Juristas do novo Código Comercial, Fábio Olho Coelho, apresentou uma visão geral sobre o projeto, organizado em quatro livros e duas emendas. O evento teve a participação dos deputados federais Paes Landim (relator geral) e Vicente Cândido (autor do PL 1.572/11), do presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (Conjur), ministro Sydney Sanches, da ministra Ellen Gracie, também integrante do Conjur, e do diretor titular adjunto do Departamento Jurídico da Fiesp, Oziel Estevão.

O professor Fabio Ulhoa Coelho explica que a legislação atual carece de detalhamento de regras que amparem o princípio constitucional sobre a função social da empresa, o que dificulta o trabalho dos juízes e dá margem a interpretações diversas. Outro avanço, segundo ele, é que o projeto do código comercial confere ao nome empresarial a natureza de bem patrimonial e sua imprescritibilidade da ação de anulação de nome empresarial. Destaca que as novas regras acabam com a unificação do direito privado proposta, salientando a necessidade de separar os dois regimes (privado do empresarial).

Com pontos de vistas diferentes, os advogados José Alexandre Tavares Medeiros e Walfrido Jorge Warde Jr. buscaram responder a questão "É necessário um novo código comercial?"

O Dr. Medeiros, disse que para saber se é preciso criar um novo código, é preciso salientar pontos como os reflexos dele para a economia e sua perenidade.

Fazendo uma análise história do direito comercial, o advogado também questionou se o código conseguiria se manter frente às rápidas mudanças que acontecem nas outras legislações e no mercado.

Stone Drumo
PL 1572/11 - 16/08/13 005611

↑

Em defesa da criação de um novo código, Walfrido Jorge Warde Júnior, ressalta que o direito civil é a parte geral do direito privado e o direito comercial se articula ao direito civil como uma especialidade. Afirmar que diz ser salutar a ideia de código na medida em que se criam categorias próprias do direito comercial e não se utilizar categorias 'emprestadas' do direito civil.

Marcelo Vieira Von Adamek disse reconhecer a necessidade de aprimoramento da legislação empresarial, no entanto, não acha que a edição de um novo código comercial seja o caminho.

O advogado Marcelo Guedes Nunes, da Associação brasileira de Jurimetria (ABJ), também abordou a questão da dissolução da sociedade empresarial. Para ele o movimento de reforma da legislação empresarial está ocorrendo em todo o planeta, visando o crescimento econômico.

O professor de direito comercial da Universidade de São Paulo (USP), Francisco Satiro de Souza Junior, analisa que o novo código comercial, projeto em discussão na Câmara dos Deputados, precisa ser compatível com as melhores práticas e ter sintonia com as necessidades mundiais – caso contrário, o Brasil deixa de ser um player e empresários vão preferir fazer negócios fora do país.

Na avaliação do promotor Eronides dos Santos, a proposta de um novo código pela Câmara dos Deputados está em sintonia com a necessidade mundial de pensar novas regras, e essas regras devem estar sistematizadas com a economia mundial. Se não, o Brasil vai deixar de ser um player internacional.

Brasília, 28 de agosto de 2013.


Deputado Paes Landim